

Pais querem alterar o decreto

AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Federação Nacional das Associações dos Pais de Alunos (Fenapa), Luís Cassemiro, entregou ontem em Brasília ao ministro da Educação, Hugo Napoleão, um documento apresentando críticas ao Decreto nº 95.921, que estabelece os critérios para o reajuste das mensalidades escolares. Para Cassemiro, o decreto propõe "a melhor fórmula de reajuste dos últimos tempos, mas ainda precisa de reparos".

Ele sugere, por exemplo, a alteração da fixação do percentual de incidência dos salários dos professores sobre o preço total das mensalidades, "que deveria corresponder a 50% e não a 70%, como está no decreto"; a não utilização de Conselhos Estaduais de Educação como mecanismos fiscalizadores. "Os conselhos, além da falta de aparelhamento, se encontram, em alguns casos, comprometidos com os interesses das escolas particulares, como é o caso do Conselho Estadual de Brasília." Cassemiro ainda recrimina a utilização da URP e do IPC

para correção dos preços: "O IPC é obtido a partir da variação de itens que não entram na composição de custos das escolas".

Cassemiro, em sua entrevista ontem com o ministro, procurou ainda reiterar a proposta da escola de co-gestão, apresentada pela Fenapa ao Ministério da Educação em março. A escola de co-gestão é um estabelecimento de ensino, cuja administração financeira e pedagógica é dividida entre os pais de alunos e o governo. O governo daria a infraestrutura básica para o seu funcionamento e a própria comunidade se

encarregaria de custear seu funcionamento.

Em Belo Horizonte, o programa de Defesa do Consumidor (Procon), órgão da Secretaria de Planejamento de Minas, encaminhou à Polícia Federal pedido de abertura de inquérito policial contra o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Minas, Roberto Dorinas, acusado de incitar os proprietários de escolas no Estado à "desobediência civil", prevista no artigo nº 36, item 88, da Lei de Segurança Nacional.